
DIFUSÃO DOS ARQUIVOS A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: uma proposta para o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande (APHMRG)

*Dissemination of Archives Through Heritage Education: a proposal for the Municipal Public and
Historical Archive of Rio Grande (APHMRG)*

Jhully das Neves Herrera (1),

Roberta Pinto Medeiros (2),

Elisângela Gorete Fantinel (3)

(1) Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil, jhullyherrera3@gmail.com

(2) roberta.furg@gmail.com

(3) elisangela.fantinel@furg.br



Resumo

A difusão arquivística permite converter acervos em ferramentas valiosas para o ensino, que auxiliam no aprendizado, na cultura, na construção da memória, da identidade, entre outros aspectos. Este trabalho teve como objetivo investigar o uso da educação patrimonial no contexto escolar como fonte de informação por meio dos documentos arquivísticos custodiados no Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande, em especial, os croquis de fachadas de estabelecimentos comerciais de 1929 até 1953. Este trabalho utilizou uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa, não envolvendo métodos estatísticos, sendo o ambiente natural a principal fonte de dados. A pesquisa é de caráter descritivo, buscando uma análise indutiva dos dados, com ênfase no processo e significado. Também foi classificada como exploratória, por oferecer maior familiaridade com o problema e possibilitar o desenvolvimento de suposições. Do ponto de vista técnico, optou-se pela pesquisa bibliográfica, utilizando materiais publicados, como livros, artigos e fontes da internet. Para isso foram realizados estudos teóricos que permitiram estabelecer reflexões sobre como a difusão dos arquivos pode ser utilizada para aproximar os documentos custodiados nesses espaços, o público infantil escolar. A pesquisa traz o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande como peça central da pesquisa, propondo a elaboração de um material que pudesse ser disponibilizado para o Arquivo, servindo como um recurso didático-pedagógico e sendo utilizado nas visitas escolares, auxiliando os

responsáveis pela Instituição nas atividades de educação patrimonial e de difusão do acervo. A partir dos estudos e da participação direta dos pesquisadores, foi possível mapear, junto ao Arquivo e seus instrumentos de pesquisa, os acervos com potencial para o desenvolvimento de ações de difusão. Como resultado da pesquisa, foram elaborados, a partir do acervo de croquis, um folder e um quebra-cabeça. Esses produtos contribuirão nas ações de difusão e de educação patrimonial, considerando que o Arquivo poderá utilizá-los e disponibilizá-los ao público infantil quando da visitação em seu espaço. Compreendemos que a difusão, quando empregada pelos arquivos públicos, traz diversos benefícios, dentre eles, a possibilidade de apresentar, de forma dinâmica, o acervo e suas possibilidades educacionais na abordagem de conteúdos nos contextos do ensino formal e informal, valorizando seu potencial de pesquisa, além de sensibilizar a participação de diferentes públicos e usuários nos arquivos.

Palavras-chave: Difusão arquivística; Educação patrimonial; Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande; Recursos didáticos-pedagógicos.

Abstract

Archival cultural activities collections to be converted into valuable teaching, which help with learning, culture, building memory and identity, among other aspects. This work aimed to investigate the use of heritage education in the school context as a source of information through archival documents held in the Municipal Public and Historical Archives of Rio Grande, particularly the sketches of facades of commercial establishments from 1929 to 1953. This study utilized basic research with a qualitative approach, not involving statistical methods, with the natural environment as the main source of data. The research is descriptive, aiming for an inductive analysis of the data, with an emphasis on the process and meaning. It is also classified as exploratory, as it provides greater familiarity with the problem and allows for the development of hypotheses. From a technical perspective, a bibliographic study was chosen, using published materials such as books, articles, and internet sources. To this end, theoretical studies were conducted, enabling reflections on how the cultural activities of archives can be used to bring the documents housed in these spaces closer to school-age children. The research uses the Municipal Public and Historical Archives of Rio Grande as a central piece of research, proposing the development of material that could be made available to the Archive, serving as a educational resource and being used in school visits, assisting those responsible for the Institution in heritage education activities and cultural activities of the collection. Based on the studies and the direct participation of the researchers, it was possible to map, together with the Archive and its research tools, the collections with potential for the development of cultural activities. As a result of the research, a folder and a puzzle were created based on the collection of sketches. These products will contribute to cultural activities and heritage education, considering that the Archive may use them and make them available to children when they visit its space. We understand that cultural activities, when used by public archives, brings several benefits, among them the possibility of presenting, in a dynamic way, the collection and its educational possibilities in the approach to content in the contexts of formal and informal education, valuing its research potential, in addition to raising awareness of the participation of different audiences and users in the archives.

Keywords: Cultural activities; Heritage education; Municipal Public and Historical Archives of Rio Grande; Educational resources.

1 Introdução

Este trabalho possui como foco de estudo aproximar o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande (APHMRG) e o público escolar, de modo que os professores e alunos possam ter maior entendimento do Arquivo enquanto instituição que ultrapassa suas funções de gestão e custódia de documentos, compreendendo, também, como um espaço de preservação de fontes para a (re)construção de conhecimentos, saberes, fazeres e de culturas, por meio de ações de difusão e educação patrimonial.

A timidez das ações que valorizam e posicionam os arquivos públicos na sociedade pode ser vista em inúmeros aspectos. Desde sua estrutura, quando estes são instalados em lugares e espaços físicos, que praticamente se traduzem em locais que cabem apenas os documentos propriamente ditos, além da precariedade de infraestrutura de muitos desses espaços. Observamos também a ausência de planejamento, de estratégias, de planos de ações que envolvam a definição de orçamento e de políticas de gestão dos acervos, que contemple, de forma parcial ou total, as funções arquivísticas, como, por exemplo, as ações de difusão, marketing e de educação patrimonial. Tais atividades contribuem para projetar o arquivo e seu acervo na sociedade.

Somamos a esses cenários a escassez de recursos financeiros e humanos, que, por vezes, dificultam a execução de tarefas, além de tantas outras atividades e responsabilidades que competem aos arquivos públicos. Nessa perspectiva, as iniciativas de retorno para a sociedade, em alguns contextos, não trazem os resultados esperados, já que, em muitos casos, não se conseguem alcançar todos os públicos de forma plena, dada a divergência e a pluralidade de interesses.

Entretanto, mesmo que ocorram esses empecilhos, as instituições arquivísticas públicas têm demonstrado, cada vez mais, interesse nessa temática da difusão como uma ferramenta de compartilhamento de conhecimento, buscando expandir o alcance do arquivo e de seu acervo para diversos usuários.

Ainda que seja importante e necessário que a sociedade tenha acesso às informações públicas e compreenda o verdadeiro significado dos arquivos, bem como das possibilidades de seu uso para a construção de novos conhecimentos, é perceptível a necessidade de desenvolver, cada vez mais, ações que busquem investir também em formações de potenciais usuários de arquivos,

com destaque para os alunos e professores. Observando que o interesse das instituições arquivísticas pelo ambiente escolar e pelos alunos é recíproco, caracterizando-se como uma via de mão dupla, que permite o compartilhamento, a troca e a construção de conhecimento a partir dos seus acervos, conforme afirmam Ribeiro e Torre (2012):

As instituições arquivísticas veem alunos e educadores como destinatários preferenciais de possíveis ações e as unidades escolares e seus agentes percebem os arquivos como importantes espaços de conhecimento e pesquisa, com especial interesse nas possibilidades de uso de seus acervos (Ribeiro; Torre, 2012, p. 72).

Nesse movimento, é necessário que as instituições arquivísticas pautem seu planejamento buscando atuar de forma equilibrada, considerando as funções arquivísticas apontadas por Rousseau e Couture (1998), que são: a produção, a avaliação, a aquisição, a conservação, a classificação, a descrição e a difusão de seus acervos. Dessa forma, é possível garantir resultados que atendam internamente às demandas institucionais e, ao mesmo tempo, projetar os resultados de seu trabalho para o ambiente externo, atendendo de forma ativa os cidadãos. Considerando que o arquivo, entre suas diferentes responsabilidades e papéis de atuação, mantém viva a memória em suas múltiplas representações, é fundamental que se estabeleça um diálogo constante com a sociedade.

Santos e Borges (2014) ressaltam a importância da valorização das instituições arquivísticas por intermédio dos órgãos públicos, propiciando um espaço pujante para a criação de políticas que busquem qualificar e incentivar a produção de atividades culturais e educativas que legitimem a difusão nesses espaços.

A difusão arquivística deve ter como um dos seus objetivos a execução de atividades que possam aproximar o cidadão ao arquivo, mitigando a sua percepção e o seu olhar de que é um local de história e de cultura, trazendo a sociedade para mais perto de sua própria identidade.

Dessa forma, o tema desta pesquisa concentrou-se no estudo da difusão arquivística dos arquivos públicos, com o propósito de aproximar os alunos de escolas públicas a essas instituições, utilizando os documentos como ferramentas pedagógicas. Consequentemente, despertando o interesse dos estudantes pela história e pela cidadania, ao proporcionar o acesso e a compreensão dos acervos documentais, tornando-os mais conscientes sobre a importância da preservação da

memória e do patrimônio coletivo. Portanto, problemática da pesquisa foi: como os documentos arquivísticos do Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande podem ser empregados como recursos didático-pedagógicos no contexto da educação patrimonial?

O objetivo geral, que pautou a construção deste trabalho, foi investigar os documentos arquivísticos do APHMRG como fonte de informação para utilização em ações de educação patrimonial. Diante dessa proposição foram elencados os seguintes objetivos específicos: analisar a relação entre a difusão arquivística e os arquivos no contexto da educação patrimonial voltada para o público infantil; investigar o uso dos documentos de arquivo como recursos didáticos-pedagógicos; mapear acervos arquivísticos do APHMRG com potencial para difusão educativa patrimonial; e, elaborar um produto para ser utilizado nas atividades de visitas do público infantil ao APHMRG.

A justificativa da escolha deste tema deve-se ao interesse de compreender e contribuir com o desafio de tornar as instituições arquivísticas um ambiente mais próximo dos cidadãos, promovendo a divulgação da instituição e demonstrando o quanto os seus acervos podem contribuir nas atividades de educação formal e na formação de cidadãos.

Nessa direção,

Permitir a todos o acesso à informação é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo do cidadão, e o caminho a ser percorrido para capacitar o cidadão ao uso crítico da informação é uma tarefa que as escolas (e outros espaços, como os arquivos, bibliotecas, dentre outras instituições públicas) [...], devem assumir. Preparar os cidadãos para a sociedade da informação constitui tarefa prioritária para o governo, as organizações e seus profissionais (Tarapanoff; Suaiden; Oliveira, 2002, p. 3).

Para isso, os arquivos se tornam um campo de informação capaz de promover o desenvolvimento individual e coletivo, por meio do estudo e da utilização de seus acervos para fins educacionais. O arquivista, nesse contexto, desempenha um papel crucial como mediador na disseminação da informação, alinhando-a às necessidades dos usuários e pesquisadores, às potencialidades do arquivo e de seu acervo.

Ainda, os arquivos públicos desempenham a função essencial de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais provenientes do âmbito governamental, garantindo que

as informações sejam transferidas para atender às necessidades de administradores, cidadãos e historiadores. No entanto, além dessa função fundamental que sustenta sua criação e desenvolvimento, os arquivos têm um papel adicional que, embora secundário, é crucial para evidenciar seu impacto social e fortalecer sua presença na comunidade. Esse papel consiste na oferta de serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa, que proporcionam a esses arquivos uma dimensão popular e cultural mais ampla, reforçando seu propósito principal e ampliando sua relevância e visibilidade na sociedade (Bellotto, 2004).

Ademais, acreditamos que este trabalho possa trazer algumas reflexões e ideias quanto ao aproveitamento dos acervos e dos documentos de arquivo para o desenvolvimento de ações que valorizem e difundam a cultura e o patrimônio, utilizando-os como recursos de educação, aprendizado e de formação de novos públicos e usuários.

Do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento deste trabalho utilizou o método de pesquisa básica, que, de acordo com Silva e Menezes (2001), tem como objetivo gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência, pautados em verdades e interesses universais. Foi adotada uma abordagem qualitativa, que, segundo os autores mencionados, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, sendo o ambiente natural a fonte direta para a coleta de dados, com o pesquisador atuando como instrumento-chave nesse processo.

Esta pesquisa é descritiva, pois, conforme Silva e Menezes (2001), o pesquisador tem como objetivo analisar os dados de forma indutiva, com foco principal no processo e no significado. O estudo também é considerado exploratório, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torná-lo mais explícito e desenvolver suposições.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa optou pela utilização de uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Silva e Menezes (2001, p. 21), é realizada “a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de material disponibilizado na internet.” Nas próximas seções serão abordados alguns conceitos e assuntos que embasaram a proposta e a evolução deste trabalho.

2 Referencial teórico

Nesta seção são apresentados conceitos que fundamentaram este trabalho e que contribuíram para o seu desenvolvimento. Nas próximas subseções são aprofundados os temas como os arquivos públicos, a difusão arquivística, a educação patrimonial e os recursos didáticos-pedagógicos.

2.1 Arquivos públicos e difusão arquivística

A produção documental acontece diariamente e em grande escala, sendo assim, como nos mostra Bernardes (1998), os documentos precisam receber tratamento arquivístico desde a sua produção até o seu destino final, a eliminação ou a guarda definitiva, e para isso, também precisam estar em locais de guarda adequados para que ocorra uma gestão eficaz das ações do arquivo, dentre elas, que as informações possam estar disponíveis a qualquer tempo para os usuários.

No contexto do funcionamento de uma instituição, o documento de arquivo não é fruto de um ato intencional de atribuição de significado, como acontece com os documentos museológicos; ao contrário, ele possui um caráter evidencial intrínseco. Isso significa que o documento é criado com o propósito de servir como instrumento ou prova de ações específicas, sendo independente de qualquer uso secundário ou interpretação histórica que possa surgir posteriormente (Camargo, 2003).

Os locais mais indicados para a guarda dos documentos são os arquivos, existindo em duas naturezas, sendo, os arquivos públicos e privados. Sobre essa temática a legislação brasileira, Lei nº 8.159 de 1991, a lei dos arquivos, considera arquivos privados, no seu art. 11, como sendo “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (Brasil, 1991, não paginado). Ainda, de acordo com a lei, os arquivos privados, em via de regra, são destinados para armazenar documentos a respeito da pessoa física e/ou jurídica, ou seja, arquivos pessoais, arquivos familiares, arquivos de movimentos sociais, arquivos de empresas, entre outros. Geralmente, esse tipo de arquivo está custodiado pelo próprio órgão produtor, já que possui informações sobre a própria empresa, funcionários e também de seus clientes.

Tal definição de arquivos privados não difere muito do conceito de arquivos públicos, como podemos ver a seguir a definição apresentada pela mesma legislação. Destacamos que os arquivos públicos são instituições encarregadas da gestão informacional da administração pública. Além disso, são também considerados lugares de cultura, de reavivamento da memória, sendo, assim, instituições úteis para a administração e para a história, bem como para o progresso da ciência, dos cidadãos e, conseqüentemente, da sociedade. O art. 7 da Lei nº 8.159 de 1991, traz no seu texto que: “Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.” (Brasil, 1991, não paginado).

Mesmo que os arquivos públicos possuam essas premissas e responsabilidades, compreendemos que a difusão educativa e cultural ainda não ocupa um lugar de destaque, muito embora é sabido que:

É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor (Barbosa; Silva, 2012, p. 46).

De acordo com Santos e Borges (2014), as funções designadas aos arquivos públicos, como o apoio à administração, ao desenvolvimento científico e à disponibilização de elementos de prova, estão bem definidas; contudo, precisam evoluir e obter um maior acolhimento da sociedade como instrumentos de apoio à cultura.

As instituições arquivísticas públicas têm, entre suas responsabilidades, a tarefa de disponibilizar o acesso às informações sob sua custódia. No entanto, para que a difusão nessas instituições possa realmente ocorrer, é necessário desenvolver atividades que não tenham como foco principal apenas os pesquisadores, mas também o público em geral, abordando diferentes perspectivas para atrair diversos públicos. Os arquivos podem apresentar à sociedade propostas de atividades que aproximem as pessoas das informações histórico-culturais, utilizando essas instituições e o que elas custodiam como uma fonte educativa.

De acordo com Cabral (2012), a função das instituições arquivísticas públicas é o de promover o recolhimento, a preservação e a organização de fundos documentais que são produzidos pelo governo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Essas instituições possuem como principal finalidade servir como fonte de informação para os historiadores, pesquisadores, administradores e para o cidadão. Outra função das instituições refere-se à função social, no que diz respeito à difusão cultural e também ao papel educativo ao qual os acervos pode fomentar.

Quando pensamos nos arquivos, também como um espaço para promover a educação, entendemos que o uso da difusão precisa ser colocado entre as prioridades, por essa ser um elo que conecta a instituição, o acervo e a sociedade. As ações de difusão possibilitam atrair diversos públicos na perspectiva de que esses possam entender a importância de um documento, ou seja, o arquivo “[...] é a “consciência histórica” da administração. Também pode tê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo.” (Bellotto, 2004, p. 21).

A difusão dos arquivos é uma das sete funções arquivísticas. Entretanto essa função, muitas vezes, não está entre as prioridades das instituições arquivísticas, mas deveria, por ser uma prática que fornece publicidade à instituição, ao seu acervo e aos serviços oferecidos à sociedade, além de ser necessária para estabelecer um vínculo com os usuários e potenciais usuários dos arquivos.

Bellotto (2004) nos mostra que algumas instituições arquivísticas brasileiras já promovem algumas atividades, como concursos, debates, palestras, congressos, mas mesmo que já existam essas propostas, poderia ser feito muito mais. Pois é a difusão que torna os acervos em ferramentas para auxílio do aprendizado, da cultura, da memória, proporcionando diversas atividades e recursos para a sociedade. Para Chaves (2017), a atividade de “[...] difusão de arquivo tem como princípio incontornável divulgar, ou disseminar: a instituição em toda sua complexidade; todos os trabalhos técnicos voltados para as suas atividades finalísticas; os conhecimentos produzidos que requerem disseminação; e o acervo sob sua custódia.” (Chaves, 2017, p. 10).

Existem três formas mais populares de difusão de arquivos, que segundo Bellotto (2004) são: a difusão editorial, difusão cultural, e a difusão educativa. A difusão editorial tem como premissa a divulgação das publicações, de manuais, das monografias que são gerados ou guardados

nos acervos, assim “[...] poderia ser efetivada a partir da divulgação e apresentação das publicações geradas pelo arquivo, que constituem canais de comunicação do arquivo, pois mostram o conteúdo do seu acervo documental, as atividades e os programas.” (Santos Neto; Bortolin, 2020, p. 151).

A difusão cultural é a responsável pelas atividades culturais com propósito de promover o conhecimento e a aproximação da sociedade com suas culturas e histórias. Santos e Borges (2014) apresentam quatro pilares para construção da ação cultural, quais sejam: “o diálogo, a conscientização, a atividade educativa e a libertação.” (Santos; Borges, 2014, p. 316). São exemplos da difusão cultural: palestras, debates, exposições, entre outros.

A difusão educativa possui como foco transformar os arquivos em um ambiente de aprendizado, tornando-os um lugar de ajuda para as escolas e para o processo de aprendizado. Os acervos podem ser utilizados como uma ferramenta de informações, a difusão está inclusa nas rodas de conversas, nas aulas nos arquivos, nas visitas guiadas, nos jogos interativos. Importa observar que “[...] de acordo com as características de cada instituição arquivística, existem inúmeras atividades de cunho cultural e educativo que podem ser realizadas a partir das informações sob sua custódia, aproveitando o seu potencial.” (Santos; Borges, 2014, p. 317).

O uso escolar do documento histórico, bem como a exploração das diversas linguagens e tipos de documentos históricos, desempenha um papel fundamental na promoção de projetos que visam à preservação da memória (Luporini, 2002). Nesse contexto, a educação patrimonial se apresenta como um poderoso instrumento de alfabetização cultural, permitindo que indivíduos de diferentes faixas etárias desenvolvam a capacidade de interpretar e compreender o universo em que estão inseridos (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Esse processo educativo estimula o conhecimento e o reconhecimento do patrimônio cultural, contribuindo para a valorização e preservação desse legado ao transformar o ato de conhecer em um ato de apreciação e proteção da memória coletiva.

Dessa forma, entendemos que a difusão é essencial para que os arquivos se tornem cada vez mais ambientes plurais de acesso à informação, sendo as ações de difusão uma estratégia importante para tornar essa aproximação mais efetiva com os diferentes públicos. Pensar e

executar ações de difusão tem se tornado um desafio permanente para os arquivistas, especialmente devido à concorrência com outras demandas profissionais nas instituições.

2.2 Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande: recorte histórico

O Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande (APHMRG) é um órgão incorporado como parte do Patrimônio Histórico-Cultural da cidade do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul e está vinculado à Secretaria de Município da Cultura.

Sendo criado em 1941, o APHMRG possui sob a sua custódia documentos da Administração Municipal do século XIX até os anos de 2011. A primeira legislação a citar o Arquivo no âmbito do Poder Executivo Municipal foi o

[...] Decreto Lei nº 40 de 1941, que destinou créditos especiais para ampliação da Unidade. Embora não disponha de um ato de criação, supõe-se que o Arquivo tenha sido criado junto aos primórdios e estabelecimento da administração pública municipal. Vindo a ser inserido no setor de Pessoal e Arquivo da Diretoria de Administração no ano de 1948, através da Lei nº 24 (AHPMRG, [sem data], on-line).

Por preservar um legado histórico-cultural da cidade e pelo seu valor de guarda permanente, seus acervos precisam ser difundidos à sociedade. Segundo o *site* do AHPMRG, ([sem data], on-line) o acervo é composto por documentos manuscritos, impressos, fotografias, microfilmes, plantas de engenharia, coletâneas de leis do período do império, croquis de obras de engenharia, fitas VHS e cassete, clichês, entre outros.

De acordo com o *site* do AHPMRG, em 1985, pelo Decreto nº 4.729, o Arquivo Histórico passa a fazer parte do Patrimônio Histórico-Cultural de Rio Grande, isso demonstra a preocupação do poder público de preservar a história da cidade.

No dia 10 de maio de 2017 o Regimento Interno do Arquivo Público e Histórico é aprovado através do Decreto nº 14.553,

[...] nesta nova estrutura o Arquivo passa a ser subordinado a Secretaria de Município da Cultura reforçando o seu caráter de patrimônio cultural, como já fora antes considerado, além disso o Arquivo passa a possuir uma nova nomenclatura de Arquivo Público e Histórico, bem como novas atribuições, assim como orienta o Conselho Nacional de Arquivos (Arquivo Nacional, [sem data], on-line).

Portanto, a missão institucional do APHMRG está focada em: elaborar a política municipal de arquivos e exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, qualquer que seja o suporte da informação ou a sua natureza e, sobretudo, “salvaguardar o patrimônio documental do Poder Público Municipal primando pela preservação e acesso aos fundos documentais. O Arquivo Público e Histórico Municipal oferece aos seus usuários pesquisas, visitas guiadas, aulas no arquivo, e exposição temática.” (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, não paginado).

Ainda em 2017, conforme o texto da legislação municipal, Lei nº 8.167 de 2017, “[...] fica instituído o Arquivo Público e Histórico Municipal, subordinado diretamente à Secretaria da Cultura, com dotação orçamentária própria [...]” (Rio Grande, 2017, não paginado).

O Arquivo também promove atividades arquivísticas e participa de diversas programações culturais na cidade de Rio Grande, com exposições de documentos, palestras e oficinas. Além disso, dispõe de uma sala de pesquisa, oferece aulas no arquivo, desenvolve projetos de ensino e pesquisa em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e organiza visitas guiadas.

2.3 Educação patrimonial: uma ferramenta de apoio à difusão arquivística

O patrimônio é construído a partir da cultura e das tradições, e decidir o que pode ser considerado ou não como tal é uma tarefa desafiadora. Um grupo pode atribuir grande importância a um objeto, lugar ou até mesmo a um sentimento, enquanto outro grupo pode não compartilhar o mesmo senso de pertencimento.

O patrimônio basicamente é um conjunto de bens culturais de um grupo de pessoas ou até de um país. Logo, sua relação com a cultura é íntima, pois aponta para o legado produzido, e acumulado, pelos seres humanos ao longo do tempo. Todos os bens, materiais ou imateriais, que a nós chegam do passado são recheados de significados (Furtado; Campos, 2019, p. 11).

Como mostrado por Furtado e Campos (2019), a maior parte dos bens culturais está localizada no espaço urbano, e por esse motivo, não é possível pensar em patrimônio sem considerar a cidade.

A escola pode auxiliar nesse processo por meio da educação patrimonial, abordando de forma integrada temas relacionados ao bairro, à cidade e ao ambiente ao redor da escola, assim como a preservação da cultura e dos diferentes tipos de patrimônio. Deste modo, a “Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

A educação patrimonial nas escolas traz como prioridade envolver o público escolar de forma educativa e criativa no reconhecimento das culturas e patrimônios da sua região, assim como a valorização dos bens, sejam eles materiais ou imateriais, as pessoas e as histórias que são o que formam o patrimônio cultural.

Muitas vezes, o patrimônio é associado apenas aos bens materiais, como monumentos, prédios e objetos que fazem parte da história de um determinado local. Entretanto, de acordo com Furtado e Campos (2019), é importante ressaltar o valor do patrimônio imaterial, que inclui a história do local, como festas, tradições, comidas típicas e outros elementos que nos conectam ao passado, sendo essencial que esses aspectos sejam preservados e lembrados.

De acordo com os autores, “O patrimônio somente será importante, caso tenha significado para alguém.” (Furtado; Campos, 2019. p. 11) e por esse motivo existem alguns critérios que definem se pode ser considerado patrimônio ou não, como por exemplo, ser inscrito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em um dos Livros do Tombo caso sejam bens materiais, ou nos Livros de Registro caso sejam bens imateriais.

Segundo Pontes (2021) o patrimônio documental faz parte do patrimônio cultural por ser compreendido como um registro de vidas e de costumes de um determinado grupo ou lugar. Os arquivos, enquanto espaços de salvaguarda de documentos e de patrimônios documentais, são ambientes que possibilitam o reavivamento de memórias por trazerem consigo o registro de histórias da vida, tradições, de situações importantes, suscitando o sentimento da sociedade, “[...] para as questões patrimoniais, um documento é tudo aquilo que funciona como registro de uma população humana e serve como testemunha da sua história” (Pontes, 2021, não paginado).

O patrimônio documental é, antes de tudo, um elemento de sustentação da memória e da identidade social, na qual o documento qualifica o objeto patrimônio como instrumento de poder e produto das ações humanas, concebido por intermédio de práticas sociais e culturais (Albuquerque; Silveira, 2023, não paginado).

A escola, enquanto ambiente de aprendizado, pode proporcionar aos alunos experiências que os levem a novos patamares de interesse. A educação patrimonial seria uma estratégia importante a ser adotada pela escola, com o objetivo de permitir que os alunos conheçam e valorizem as diferentes manifestações culturais e bens patrimoniais, fortalecendo o senso de pertencimento. Além disso, para obter melhores resultados no processo de educação patrimonial, a escola deve estabelecer parcerias com instituições responsáveis pela salvaguarda de bens culturais e patrimoniais. Essa proximidade tornaria o projeto mais proveitoso, aumentando as possibilidades de integração entre o objeto patrimonial e o aprendizado. Afinal,

[...] o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Por meio de recursos didático-pedagógicos e da educação patrimonial, é possível projetar formas lúdicas de mostrar aos alunos o que pode ser considerado patrimônio em suas cidades ou nos bairros onde vivem. Como ensina Horta, Grunberg e Monteiro (1999) que assim como existem importantes monumentos, esculturas e bens materiais, também existem por trás de sua história a cultura, as tradições, as formas típicas de plantar e colher, os artesanatos e tudo o que faz a história deles e a história da sociedade ser o que é.

Além dos benefícios já mencionados, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) mostram que a educação patrimonial permite que os alunos identifiquem seu lugar de pertencimento dentro de seus contextos culturais, por meio do estudo e de um verdadeiro entendimento sobre o tema. Consequentemente, essa percepção desperta o desejo de cuidar e preservar o que faz parte de sua história, tanto os elementos materiais quanto as lembranças do passado, além de incentivar o entusiasmo por novos conhecimentos.

A educação patrimonial tem se tornado cada vez mais presente nas instituições do patrimônio, em especial as bibliotecas, arquivos e museus, espaços responsáveis pela guarda e proteção de bens que materializam a história e a memória da sociedade (Costa; Santos; Cutrim, 2019, p. 87).

Como demonstram Furtado e Campos (2019), uma das características predominantes da cultura é a memória em seus múltiplos significados. Uma das formas de memória que contribui fortemente para a cultura é a memória coletiva, aquela que se forma a partir de sentimentos compartilhados. Nesse contexto, também se inserem as tradições, que não são apenas parte do passado, como muitos podem imaginar. Elas estão em constante evolução e são continuamente transmitidas a novas pessoas, carregando novos sentimentos em torno de uma mesma tradição.

2.4 O uso de recursos didático-pedagógicos nas práticas de educação patrimonial

A utilização de práticas educativas que envolvem atividades de caráter cultural e pedagógico tem se mostrado um recurso eficaz para promover a difusão de arquivos, expandindo e demonstrando a importância das instituições que preservam parte da memória da sociedade. Dessa forma, essas práticas não apenas divulgam os acervos, mas também os utilizam como instrumentos para a educação patrimonial, contribuindo para a preservação da nossa história. Desta maneira, “a aproximação estudante-documento pode ser abordada por dois ângulos: o contato direto do aluno com as fontes primárias e a possibilidade de selecionar documentos para o ensino da história, dentro dos conteúdos programáticos escolares.” (Bellotto, 2004, p. 233).

Portanto, os recursos didático-pedagógicos são ferramentas utilizadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando esses recursos colocam os alunos no centro do processo educativo. Ao fazer isso, contribuem para que os estudantes se sintam mais envolvidos e pertencentes ao conteúdo que estão aprendendo, incorporando elementos que despertam seu interesse e incentivam a participação ativa nas atividades propostas.

Leccionar para os anos iniciais do ensino fundamental não é uma tarefa fácil. Constantemente essa atividade assume um valor negativo visto a falta de inovação no processo de ensino. Está nas mãos do professor transformar suas aulas numa atividade participativa e prazerosa para os alunos, aproveitando qualidades que são inatas das crianças: a curiosidade, o desejo de agir, de interferir e participar (Santos; Belmino, 2013, p. 1).

Quando paramos para refletir, percebemos que o método tradicional, quadro e giz, talvez ainda seja a prática mais utilizada, e “uma das possíveis razões pode estar relacionada ao baixo custo e à falta de tempo disponível para a preparação de aulas mais elaboradas” (Santos; Belmino, 2013, p. 2). Mas a utilização dessa prática nem sempre será o método mais proveitoso, o professor utiliza o tempo que possui para escrever no quadro, os alunos copiam e por vezes acabam não entendendo a proposta da atividade, fazendo com que seja apenas uma matéria decorada para uma possível avaliação.

Por esses motivos, quando há a possibilidade de incluir métodos mais lúdicos, interativos e desafiadores, mesmo que exijam mais tempo para preparação e execução, a aula e o aprendizado se tornam mais proveitosos. Dessa forma, professores e alunos conseguem compartilhar, aprender e ressignificar o tema que está sendo trabalhado.

Diante da facilidade de acesso à informação nos dias de hoje, seja pela internet, televisão ou mesmo em conversas, a escola e os professores precisam adotar métodos de ensino que incentivem os alunos a manterem o foco no aprendizado e a desejarem compartilhar com os outros o que foi trabalhado em sala de aula. Uma das formas de despertar o interesse e o senso de pertencimento dos alunos é ensinar com base em suas realidades e vivências.

A vida está cheia de coisas agradáveis que dão prazer para a criança, por isso, é necessário que o conteúdo, a matéria e as experiências também sejam agradáveis; que atendam aos interesses e às necessidades do aluno. O conteúdo tem que ser convincente, útil e significativo; tem que estar relacionado, de alguma forma, com a vida do aluno, com as suas experiências anteriores (Karling, 1991, p. 19).

Os métodos de ensino utilizados na formação dos estudantes são constantemente impulsionados por mudanças, visando antecipar demandas sociais, culturais e econômicas. Cada vez mais, os alunos têm a liberdade de participar ativamente dos momentos em sala de aula, expressar suas opiniões e demonstrar curiosidade e conhecimento em busca de novos aprendizados. Da mesma forma, os professores têm a liberdade de criar novas formas e métodos de ensino, priorizando práticas colaborativas e multidisciplinares na construção do conhecimento.

Nesse contexto, os recursos didáticos que podem ser empregados no desenvolvimento de conteúdos são diversos. A escolha e o uso desses recursos impactam diretamente as formas de

ensinar e aprender, levando em consideração, entre outros desafios, a realidade do ambiente educacional: a escola, o currículo, os recursos financeiros, os professores e os estudantes. Entre os exemplos de recursos didático-pedagógicos que podem ser utilizados, destacam-se cartazes, jogos, computadores, músicas, teatro, pintura, entre outros. A decisão sobre qual recurso utilizar deve ser orientada pelos objetivos e metas a serem alcançados, além de considerar o nível de desenvolvimento dos alunos em relação ao método escolhido. Caso o objetivo proposto não seja atingido, deve haver tempo para buscar outros meios mais eficazes e proveitosos na construção do conhecimento.

3 Os croquis e as ações de difusão

Esta pesquisa esteve centrada na análise das estratégias para fortalecer os vínculos entre o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande (APHMRG) e o público escolar. Por meio da difusão arquivística e da educação patrimonial, pretendemos estimular o interesse de professores, alunos e comunidade em geral pelos arquivos, proporcionando um maior entendimento sobre a importância desses espaços para a preservação da memória e da identidade local.

A educação patrimonial nas escolas busca envolver os alunos no processo de reconhecimento de culturas e patrimônios de forma educativa e recreativa, ensinando-os a valorizar tanto os bens materiais quanto os imateriais. A escola pode oferecer uma perspectiva diferente aos seus alunos, incentivando-os a reconhecer a importância de novos conhecimentos de maneira lúdica, como por meio de atividades fora da sala de aula. Isso pode incluir levar os alunos para conhecerem pontos importantes da cidade ou do bairro que são considerados patrimônios do lugar onde vivem.

Sendo assim, a educação patrimonial nas escolas, no ensino fundamental, envolve as crianças e jovens de forma educativa e criativa para que reconheçam as culturas, as tradições, os patrimônios e a valorização dos bens materiais ou imateriais da região em que vivem.

No escopo deste trabalho, a pesquisa foi focada nos estudantes do Ensino Fundamental I. De acordo com o site Educa Mais Brasil (2019), o ensino fundamental no Brasil abrange do 1º ao 9º ano escolar, com turmas compostas por crianças e adolescentes entre seis e quatorze anos de idade. No entanto, as etapas do ensino fundamental são divididas em anos iniciais, correspondentes ao Ensino Fundamental I, e anos finais, correspondentes ao Ensino Fundamental II.

Ainda, segundo o *site* do Educa Mais Brasil (2019), constitui-se os anos iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. É nessa etapa que o aluno inicia o seu processo de alfabetização, tendo acesso a atividades lúdicas e introdução de conteúdos que auxiliam no seu desenvolvimento motor, cognitivo e social. Já os anos finais, compreende do 6º ao 9º ano, mas é a partir do 5º ano que o estudante passa a ter contato com um maior número de professores que abordam, de forma gradual, conteúdos mais complexos e focados, dentre outros aspectos, no desenvolvimento do pensamento crítico, ligados a cidadania e a democracia.

A definição do público-alvo foi essencial para direcionar as etapas da pesquisa. Ao longo do processo, por meio de estudos bibliográficos e pesquisas realizadas nos acervos do APHMRG, foi possível compreender e estabelecer formas de utilizar os documentos arquivísticos como recursos didático-pedagógicos, com o objetivo de promover ações de difusão e dar visibilidade aos arquivos no ambiente escolar. Dessa forma, os documentos selecionados para a realização deste trabalho foram os croquis, que são esboços de projetos de fachadas da cidade de Rio Grande, abrangendo o período de 1929 a 1953. A escolha dos croquis teve como principal objetivo investigar o uso da educação patrimonial em conjunto com a difusão arquivística.

A escolha do acervo foi fundamentada na hipótese de que seus temas, desenhos e formatos seriam mais adequados para a criação de produtos que pudessem estimular a curiosidade e a participação ativa do público infantil.

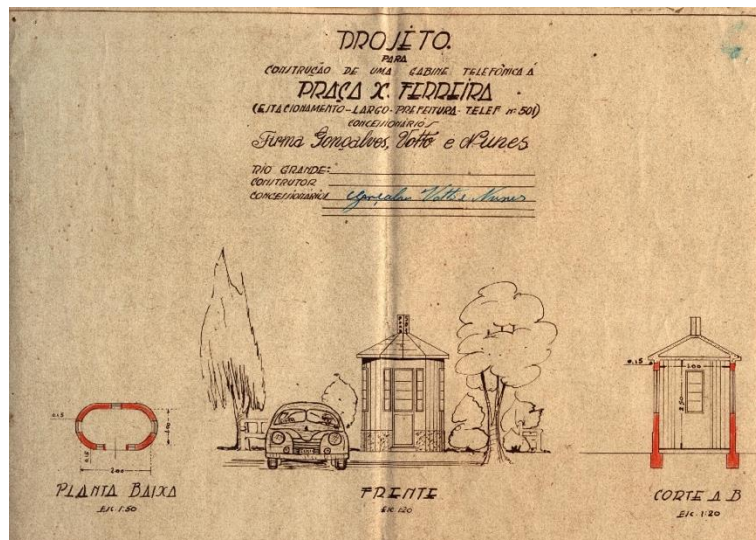
Com o acervo a ser utilizado já definido, refletimos sobre quais produtos poderiam ser criados e disponibilizados para o APHMRG, considerando diferentes abordagens. O objetivo é que o produto proposto amplie o conhecimento dos alunos sobre a cidade em que vivem, promova a interação com os materiais durante as visitas e, além disso, que essas visitas ao Arquivo possibilitem aos alunos compreender o que são os acervos e sua representatividade como fonte de

informação, bem como o papel das instituições arquivísticas na preservação da memória. A proposta e o desenvolvimento dos materiais didático-pedagógicos apresentados neste trabalho estão focados nos alunos dos anos escolares iniciais, abrangendo o período do Ensino Fundamental I.

É comum que instituições arquivísticas disponham de recursos financeiros limitados, o que dificulta a aquisição de materiais que exigem investimentos consideráveis. Diante desse cenário, sugerimos a produção de uma solução criativa e acessível, a elaboração de um folder e de um quebra-cabeça.

Para tornar a visita mais dinâmica e participativa, propomos o jogo de quebra-cabeça (Figura 1). Enquanto um grupo explora os espaços e os acervos do APHMRG, o outro grupo, sob a orientação de um servidor, pode realizar as atividades propostas no folder, garantindo a imersão de todos os alunos no universo arquivístico e da história local.

Figura 1 - Projeto para construção de uma cabine telefônica.



Fonte: acervo do APHMRG, 2023.

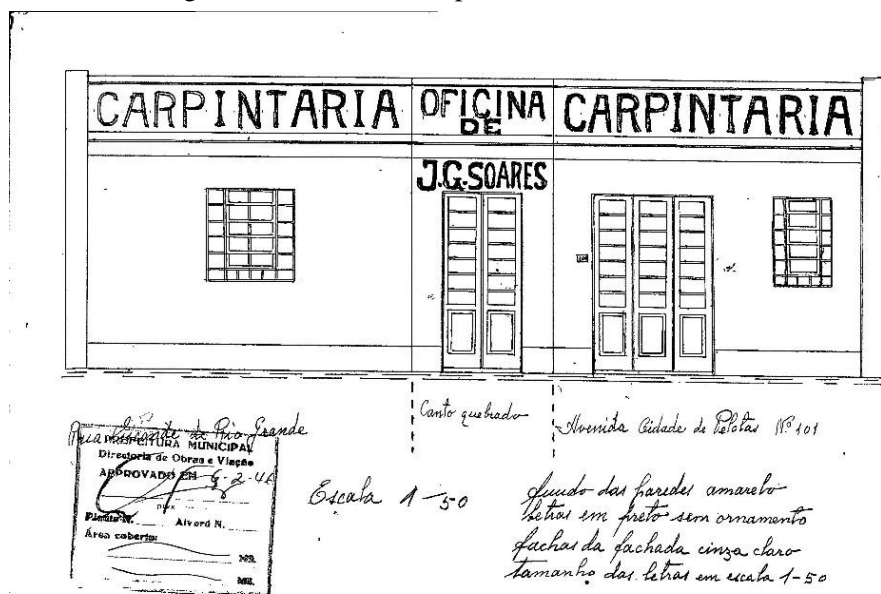
O croqui escolhido para a realização do jogo de quebra-cabeça é o projeto de construção de uma cabine telefônica na Praça Xavier Ferreira, uma das praças mais antigas da cidade de Rio Grande, cuja construção teve início na década de 1820. A praça é rodeada por prédios importantes para a cidade, como a Prefeitura Municipal, o Mercado Público, a Biblioteca Riograndense, entre

outros. Considerando que uma das principais motivações para a escolha dos croquis era a facilidade de reconhecimento das ruas pelas crianças, decidimos utilizar esse croqui específico para a confecção do jogo.

Com o objetivo de dar continuidade ao aprendizado, o folder foi elaborado como um material complementar às visitas ao Arquivo. Ao levá-lo para casa, alunos, professores e visitantes poderão realizar as atividades propostas, que foram desenvolvidas para estimular a interação e o compartilhamento do conhecimento adquirido com um público mais amplo. Além dos jogos, o folder também apresenta um breve histórico do Arquivo e sua relação com a cidade, temas que podem ser aprofundados pelos professores em sala de aula.

Na atividade de pesquisa realizada *in loco* junto aos acervos do APHMRG foram identificados 48 croquis, no entanto, para a elaboração da pesquisa, foram selecionados apenas quatro croquis. A figura a seguir (Figura 2), representa um dos croquis presentes no folder, do ano de 1946, e trata da fachada da Oficina de Carpintaria “J. G. Soares, localizada no endereço Avenida Cidade de Pelotas, n°101.

Figura 2 - Oficina de Carpintaria J. G. Soares, 1946.



Fonte: acervo do APHMRG, 2023.

O croqui da Fruteira Tamandaré, datado de 1949 (Figura 3), foi utilizado no folder para a criação de um caça-palavras. Essa escolha permitiu o desenvolvimento de um caça-palavras temático, no qual o desafio para as crianças é encontrar os nomes de diversas frutas.

3 - Fruteira Tamandaré, 1949.



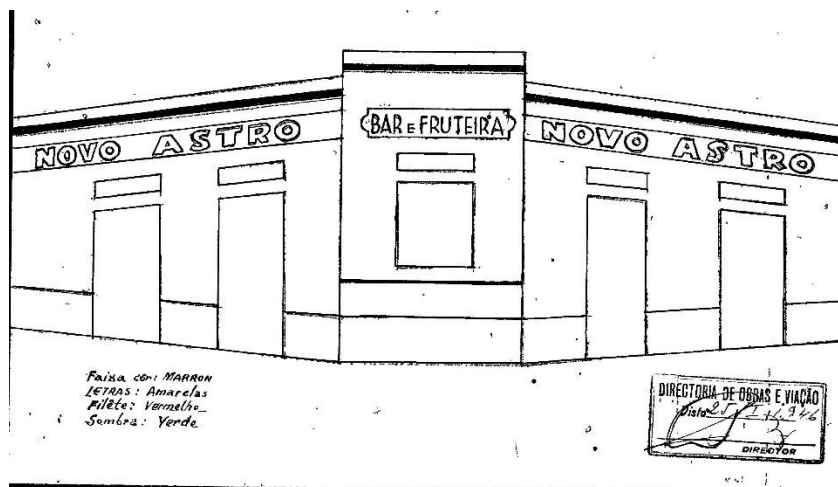
Fonte: acervo do APHMRG, 2023.

Os croquis do APHMRG constituem em um acervo com significativo valor histórico e cultural. Ao retratar as fachadas de prédios que podem não existir mais, esses documentos nos ajudam a visualizar e compreender a história urbana de Rio Grande. Essa documentação simboliza uma parte significativa da constituição da formação do patrimônio edificado de Rio Grande, são testemunhas visuais das transformações que a cidade experimentou ao longo dos anos pois, a maioria desses prédios estão localizados em ruas conhecidas, principalmente, no centro da cidade.

O croqui representado pela Figura 4, que traz o desenho da fachada de um bar e fruteira do ano de 1946, indica na legenda as cores que foram utilizadas para pintar a fachada do prédio. Por essa razão, a utilização desse croqui trouxe a ideia de ser aplicado ao folder para que as

crianças pudessem pintar, utilizando as cores propostas na legenda do documento ou com as cores de suas preferências.

Figura 4 - Novo Astro Bar e Fruteira, 1946.



Fonte: acervo do APHMRG, 2023.

Esses detalhes estabelecem uma conexão com a educação patrimonial, que destaca a importância de preservar e estudar aquilo que nos pertence e que nos define como sociedade. Por esse motivo, entendemos que trabalhar com os croquis representa muito do espírito da educação patrimonial em conjunto com a difusão arquivística, beneficiando tanto os alunos quanto, principalmente, o próprio Arquivo.

No decorrer da pesquisa, foi possível compreender que, assim como a difusão de arquivos é importante para as instituições arquivísticas, atraindo um público mais amplo e diversificado, ela também pode ser muito relevante para as escolas. A aplicação conjunta dessas metodologias revela um vasto universo de documentos com potencial para transformar a prática pedagógica. Ao adaptá-los e utilizá-los como recursos didáticos, podemos oferecer aos professores e alunos ferramentas mais dinâmicas e inovadoras para o aprendizado.

Além dos motivos já mencionados, os croquis foram escolhidos por serem uma ferramenta especialmente relevante e alinhada às características do público-alvo desta pesquisa, facilitando a compreensão e o engajamento dos alunos. Acreditamos que trabalhar com esses documentos traria benefícios e resultados positivos tanto para as crianças quanto para as escolas e o Arquivo. O

APHMRG possui um rico acervo documental que, além dos croquis, pode ser explorado e adaptado para atender às necessidades de diferentes projetos e públicos.

Ao final desta pesquisa, compreendemos que os jogos educativos, o quebra-cabeça e o folder podem, de alguma forma, auxiliar nas atividades de difusão do Arquivo, tornando as visitas futuras mais produtivas. Este estudo demonstra que há diversas maneiras de promover a difusão educativa juntamente com a educação patrimonial, sendo uma iniciativa que pode estabelecer um diálogo colaborativo entre arquivos e escolas. A realização de atividades conjuntas, como visitas guiadas e ações pedagógicas, utilizando diferentes métodos, jogos, livretos, entre outras possibilidades, pode contribuir para a promoção da difusão dos arquivos e de seus acervos.

4 Conclusões

O trabalho buscou compreender a relação entre a difusão de arquivos e a educação patrimonial, destacando a importância dos documentos arquivísticos na valorização da história local e como esses acervos podem ser utilizados como recursos didático-pedagógicos para ampliar a visibilidade dos arquivos, especialmente junto ao público infantil.

A difusão de arquivos é cada vez mais reconhecida como uma ferramenta essencial para o reconhecimento da importância das instituições, de seus acervos e dos arquivistas. Quando aliada à educação patrimonial e aos recursos didático-pedagógicos, a difusão educativa pode incentivar as crianças e as escolas a se interessarem em conhecer os arquivos.

Nos estudos realizados para a construção deste trabalho, foi compreendido que, entre as diversas funções e atividades de uma instituição arquivística, a difusão nem sempre é considerada uma prioridade. Isso, por vezes, resulta em um distanciamento entre a sociedade e os arquivos.

É evidente que as instituições e seus profissionais precisam dedicar conhecimento e esforço a atividades como classificação, avaliação, conservação e outras funções arquivísticas essenciais para assegurar a gestão, preservação e acesso aos acervos. No entanto, isso acaba relegando, de forma não prioritária, o planejamento e a execução de ações de difusão nos arquivos. Frequentemente, as instituições não estão preparadas para receber visitantes que não sejam

estudantes da área, pesquisadores ou profissionais, o que afeta a possibilidade de ampliar a comunicação com novos e potenciais usuários. Isso, por sua vez, compromete a qualificação de sua função social, como a difusão da informação, do acervo e do próprio arquivo.

A partir dos caminhos percorridos na construção deste trabalho, foi possível elaborar dois produtos: um folder e um quebra-cabeça, que foram disponibilizados ao APHMRG como recursos didáticos para serem utilizados pela equipe durante as visitas do público infantil.

Acreditamos que a educação patrimonial, desenvolvida em consonância com os recursos didático-pedagógicos, pode ser uma grande aliada das instituições arquivísticas, promovendo métodos e estratégias de difusão que incentivem parcerias entre os arquivos e o público infantil. Compreendemos que os documentos arquivísticos do Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande podem ser utilizados como recursos didático-pedagógicos no contexto da educação patrimonial de diversas maneiras, como na integração dos componentes curriculares, aliando a história local — Rio Grande, fundada em 1737, é a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul — e a interdisciplinaridade entre disciplinas e conteúdos.

Além disso, é possível elaborar projetos de pesquisa que fomentem trabalhos de investigação e/ou estudos de caso, promover visitas guiadas e criar oficinas com o objetivo de divulgar o arquivo e seus acervos, bem como organizar mostras e exposições. Também é viável produzir material didático, como apostilas e outros recursos, para enriquecer o processo educativo. Essas estratégias podem promover a valorização do patrimônio cultural e histórico local e incentivar um maior engajamento dos alunos com a história de sua comunidade.

Por meio dos estudos e conhecimentos adquiridos durante a construção deste trabalho, observamos que é possível encontrar formas de inserir os documentos arquivísticos nas propostas de desenvolvimento de conteúdos e atividades voltadas para o público infantil. Além disso, incluir uma visita ao arquivo na programação curricular e no conteúdo das disciplinas pode se revelar uma prática pedagógica valiosa. Ao inserir os documentos arquivísticos nas propostas de desenvolvimento de conteúdos e atividades em sala de aula, e ao incluir visitas ao arquivo na programação das disciplinas, a educação patrimonial é fortalecida.

O mesmo ocorre quando o arquivo elabora estratégias e atividades voltadas para a educação patrimonial, com o objetivo de difundir seu acervo e atrair o público infantil ou escolar. Essa abordagem não apenas enriquece o aprendizado do público em geral, mas também contribui para a valorização e preservação da memória histórica da comunidade, promovendo um ambiente que estimula o senso de identidade e pertencimento.

Portanto, as ações educativas nos arquivos aqui apresentadas têm um enfoque pedagógico e buscam promover no participante um senso de pertencimento, além de uma compreensão clara sobre a natureza dos arquivos e sua relevância. Essas iniciativas também abordam temas relacionados à cidadania, reforçando a importância dos arquivos na preservação da memória e no fortalecimento da identidade coletiva.

Concluímos, a partir da pesquisa, que o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande possui um grande potencial educativo, uma vez que seus documentos podem ser utilizados para a criação de materiais didáticos que integrem os conteúdos curriculares e a educação patrimonial. Isso promove a interação entre alunos, escola e Arquivo, valorizando aspectos educacionais, culturais, sociais e históricos, além de estimular a conexão entre gerações, a construção de conhecimentos e a valorização do patrimônio cultural documental das instituições arquivísticas.

Referências

ALBUQUERQUE, D. E. M.; SILVEIRA, M. A. A.. *O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos*. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/bft9xQJZVQHmx6hW8LJDbpn/#>. Acessado 13 nov. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. *Diretório Brasil de Arquivos*. (sem data). Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-rio-grande-do-sul-2>. Acessado 10 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande, 2020*. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-do-rio-grande-do-sul/arquivo-publico-e-historico-municipal-do-rio-grande>. Acessado 28 jun. 2023.

HERRERA, Jhully das Neves; MEDEIROS, Roberta Pinto; FANTINEL, Elisângela Gorete. Difusão dos Arquivos a Partir da Educação Patrimonial: uma proposta para o Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande (APHMRG). *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol. 18, publicação contínua, 2024, e024033. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2024.v18.e024033>.

- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Wix.com. (sem data). Disponível em: <https://arquivoriogrande.wixsite.com/arquivohistoricorg/sobre>. Acessado 11 out. 2023.
- BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K.. Difusão em arquivos: Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Revista Acervo*, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.
- BELLOTTO, H. L.. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In.: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Revista ampliada Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 226 - 247.
- BERNARDES, I. P.. *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jan. 1991.
- CABRAL, R. M.. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. *Revista Acervo*, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.
- CHAVES, M. A.. Difusão nos arquivos: difundir o quê? *XII Congreso de Archivología del Mercosur*, 2017, Córdoba. Anais. p. 5-20. 2017. Disponível em: <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-V.pdf#page=6>. Acessado 30 set. 2023.
- COSTA, M. J. M.; SANTOS, D. W. D.; CUTRIM, K. D. G.. Educação patrimonial em bibliotecas, arquivos e museus: ações voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural de São Luís-MA. *Convergência em Ciência da Informação*, v. 2, n. 3, p. 84-103, 2019.
- EDUCA MAIS BRASIL. *Como é formada a Educação Básica brasileira?* 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/como-e-formada-a-educacao-basica-brasileira>. Acessado 20 set. 2023.
- FURTADO, H. S.; CAMPOS, C. R. P.. Patrimônio Cultural: Conhecendo as potencialidades do patrimônio de Serra-ES. *Cartilha pedagógica de educação patrimonial*. 1º Ed. Edifes. Vitória. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2019.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- KARLING, A. A.. *A didática necessária*. São Paulo, Ibrasa. 1991.
- LUPORINI, T. J.. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. *Revista Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 31. p. 325-338, jan./jun. 2002.
- PONTES, M. M.. *O que é um Patrimônio Documental Nacional?* Blog Sabra. 20 de out. 2021. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/patrimonio-documental/>. Acessado 13 nov. 2023.

- RIBEIRO, R. R.; TORRE, M. M. C.. Diálogos com a educação patrimonial e o ensino de história em instituições arquivísticas: ações educativas no arquivo público da cidade de Belo Horizonte. *Revista Acervo*, v. 25, n. 1, p. 67-88, 2012.
- RIO GRANDE. *Decreto n 4.729, de 5 de dezembro de 1985*. Institui o Regimento Interno do Centro Municipal de Cultura Inah Martensen e cria-se o Arquivo Histórico como parte do Patrimônio Histórico-Cultural. Leis Municipais, Rio Grande. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/r/rio-grande/decreto/1985/472/4729/decreto-n-4729-1985-institui-o-regimento-interno-do-centro-municipal-de-cultura-inah-martensen?r=c>. Acessado 13 nov. 2023.
- RIO GRANDE. *Decreto n 14.553, de 07 de maio de 2017*. Dispõe sobre aprovação do regimento interno do arquivo público e histórico municipal e revoga o decreto nº 9923/2008. Leis Municipais, Rio Grande. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/decreto/2017/1455/14553/dispoe-sobre-aprovacao-do-regimento-interno-do-arquivo-publico-e-historico-municipal-e-revoga-o-decreto-n-99232008>. Acessado 13 nov. 2023.
- RIO GRANDE. *Lei n 8.167, de 7 de novembro de 2017*. Institui o Arquivo Público e Histórico Municipal, define as diretrizes da política municipal de arquivos e organiza o Sistema Municipal de Arquivos do Rio Grande (SISMARG). Leis Municipais, Rio Grande.
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C.. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, K.; BORGES, J.. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. *Ágora: Arquivologia em debate*, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.
- SANTOS NETO, J. A. S.; BORTOLIN, S.. Mediação e difusão em arquivos inter-relações teóricas. *Revista Informação em Pauta*, Fortaleza. v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020.
- SANTOS, O. K. C; BELMINO, J. F. B.. Recursos didáticos: Uma melhoria na qualidade da aprendizagem. *Fórum Internacional de pedagogia*, 5., Vitória da Conquista – BA. Anais. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/773816/mod_folder/content/0/Artigo%20-%20recursos%20did%C3%A1ticos.pdf. Acessado 23 jun. 2023.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L.. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. *Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1, out. 2002.

Copyright: © 2024 HERRERA, Jhully das Neves; MEDEIROS, Roberta Pinto; FANTINEL, Elisângela Gorete. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Submetido: 18/06/2024

Aceito: 30/09/2024